

Dinâmicas sócio-económicas dos espaços rurais em Portugal. Entre o mar e a serra: Tôr, uma aldeia do Barrocal.

I. Seita Coelho
DEESA-EAN

Introdução

O estudo da aldeia da Tôr, situada no Barrocal Algarvio, concelho de Loulé, insere-se num projecto de investigação mais vasto sobre as dinâmicas sócio-económicas dos espaços rurais no Continente Português. As fases já desenvolvidas da investigação ainda não permitem avançar, de forma consistente, com análises comparativas das evoluções operadas nos diversos espaços do mundo rural, a nível nacional.

Pelo que constitui objectivo central desta comunicação apresentar as ideias essenciais relativas:

1. ao enquadramento da freguesia da Tôr nos espaços rurais do Continente Português.
 2. ao enquadramento da aldeia, que constitui o objecto de estudo, nos espaços rurais algarvios.
 3. às linhas de evolução contrastada das sociedades rurais no litoral, na serra e no barrocal, zona de transição entre as duas primeiras.
 4. à caracterização social e económica das populações que vivem na Tôr, umas desenvolvendo actividade(s) económica(s) no espaço da aldeia e outras com actividade fora da freguesia, mas aí habitando.
 5. à identificação das diferenças mais relevantes que diferenciam a freguesia da Tôr relativamente à freguesia de Querença, à qual pertenceu até que se tornou freguesia independente em 1997.
 6. às hipóteses que explicam as diferenças de evolução operadas nas relações de uso das populações de cada freguesia com espaços que as compõem e que, em princípio, estão na base da decisão de “rotura” entre as duas freguesias.
- Conclui-se com a discussão sobre a condução futura do estudo.

1. Enquadramento da freguesia da Tôr nos espaços rurais do Continente

Novais *et al.* (2000) elaboraram uma zonagem dos espaços rurais do Continente Português utilizando a informação disponível no Recenseamento Geral da População de 1991. Os indicadores tomados para efectuar a zonagem foram a densidade da população rural e os grupos sócio-económicos com maior peso. Consideraram, em cada concelho, como sendo população rural a que vive isolada e a que reside em aglomerados com menos de dois mil habitantes.

Identificaram 4 zonas: 1) **Rural urbano**, com densidades superiores a 100 habitantes por km² e em que a indústria é a actividade predominante.

2) **Rural assente na indústria e nos serviços**, em que as densidades são superiores a 30 e iguais ou inferiores a 100 habitantes por km², sendo a indústria e os serviços as actividades preponderantes.

3) **Rural agrícola**, em que as densidades são superiores a 30 e iguais ou inferiores a 100 habitantes por km², sendo a agricultura a actividade preponderante.

4) **Rural de baixa densidade**, zona que corresponde a uma vasta região do interior do país em que as densidades da população rural são iguais ou inferiores a 30 habitantes por km².

Utilizando esta grelha de análise a nível concelhio o Algarve fica dividido em zonas do Rural de baixa densidade – concelhos de Aljezur, Monchique, Alcoutim, Tavira e Castro Marim - e do Rural assente na indústria e serviços – restantes concelhos.

Com o objectivo de seleccionar unidades territoriais representativas das quatro zonas referidas nas sete regiões coincidentes com as regiões agrárias, Rolo (2003) procurou captar os vectores mais relevantes da diversidade, inerentes às problemáticas do desenvolvimento do território continental português. Os vectores considerados foram o “ambiente natural”, a “competitividade” global e agrícola dos territórios, a diversidade da agricultura, ambiente natural e sócio-económico, as problemáticas do “emprego” e os níveis de desenvolvimento dos territórios administrativos. O cenário escolhido contempla Tôr como uma das freguesias do Algarve representativas do Rural assente na Indústria e nos Serviços.

2. Enquadramento da freguesia da Tôr nos espaços rurais algarvios

São numerosas as propostas de divisão do Algarve em zonas homogéneas, dependendo o resultado dos objectivos específicos de cada autor e, consequentemente, dos critérios utilizados na elaboração das zonagens. No entanto, pode-se detectar elementos comuns nas várias propostas de divisão do Algarve. A Serra e o Litoral apresentam-se como unidades diferenciadas em todas elas, diferindo, no entanto, a extensão de cada uma das zonas, de autor para autor.

O Barrocal aparece com individualidade própria na maioria das divisões, ou como zona diferenciada ou como subzona do Litoral.

Nas abordagens dos geógrafos o Algarve é dividido (Ribeiro, 1967) nas clássicas zonas da Serra, aparecendo individualizada a de Monchique, e o Baixo Algarve, em que se distinguem o Barrocal do Algarve Litoral.

Tendo por base o clima do Algarve, R. Cunha (1957) continuou a considerar as zonas da Serra e Algarve, dividido este em Barrocal e Litoral, individualizando no Litoral três subdivisões: o Barlavento, o Sotavento e o Centro.

J.C. de Brito (1953) propôs uma divisão do Algarve em cinco “Zonas Agrárias”: Norte (Serra), Monchique, Central (Barrocal), Sul (Litoral e zona Ocidental (concelhos de Aljezur e Vila do Bispo).

No princípio do século XX, C. de Bivar (1910) apresentou uma proposta de divisão do distrito de Faro sob o ponto de vista “económico - agrícola”, em que

sugere a divisão em duas grandes zonas, a região do Litoral e a região Montanhosa ou Serrenha. Subdivide o Litoral em três sub-regiões, litoral mais a ocidente, litoral central e levante, individualizando uma pequena subzona em Vila Real de Sto António. A Montanha aparece subdividida em região do Cabo de São Vicente (zona Ocidental), Monchique, Gadiana (Alcoutim) e Serra (Caldeirão e Castro Marim).

No princípio dos anos oitenta, tentando compatibilizar as zonagens propostas por vários autores e a actividade agrícola tal como se apresentava nesse período temporal, apresentámos, em trabalho conjunto com J. Rolo (1988), uma divisão “económico - agrícola” em que individualizamos uma Zona Oeste, o Baixo Algarve (subdividido em Barrocal, Litoral Este e Litoral) e a Serra (subdividida em Serra de Xisto, Nordeste Algarvio e Monchique).

Em síntese, convém sublinhar que, qualquer que seja a óptica considerada, o Barrocal é considerado como pertença do Litoral, do Algarve propriamente dito, em oposição à Serra, que é uma zona de transição para o Alentejo, que apresenta características diferenciadoras bem marcadas em relação ao Algarve (Litoral, ou Baixo Algarve).

A evolução, operada nas últimas décadas, dos espaços rurais algarvios, em que de uma situação de partida, caracterizada pela enorme diversidade que o rural apresentava, em que predominava largamente a agricultura, e que os diversos autores tentaram sintetizar em propostas de delimitação de zonas homogéneas do território, conduziu a uma situação actual de maior homogeneidade. A agricultura deixou de ser a actividade preponderante, diferenciando-se os espaços do Algarve em Rural de Baixa densidade e Rural assente na indústria e nos serviços. A primeira zona corresponde de forma mais ou menos precisa com a Serra, dando continuidade ao rural alentejano, a outra corresponde ao Algarve (Litoral ou Baixo Algarve). No Barrocal passa a linha de separação entre as duas realidades do rural algarvio actual.

Quadro 1. Densidades demográficas
por freguesia (hab./km²)

Almansil	138,8
Quarteira	426,7
Boliqueime	96,8
S. Clemente (Loulé)	309,1
S. Sebastião (Loulé)	107,4
Tôr	55,8
Ameixial	4,9
Alte	23,0
Benafim	21,7
Querença	23,5
Salir	16,1
Concelho	77,3

Fonte: Censo de 2001

Observando o quadro 1, onde constam as densidades demográficas por freguesia do concelho de Loulé, pode-se comprovar a separação nítida entre as

freguesias da Serra e do Litoral. A divisória passa entre Querença e Tôr, no Barrocal.

3. Caracterização geral da evolução dos espaços rurais no Litoral, Barrocal e Serra

Os condicionalismos naturais têm, pelo menos desde o século XVIII, condicionado de maneira bem vincada as formas de utilização agrária, e respectivas evoluções, dos espaços rurais do Algarve.

A um Litoral de solos planos, relativamente profundos e com abundância de água, dotado de razoável potencial agrícola, contrapõe-se a Serra, com terrenos com declives acentuados, de solos pouco profundos e, consequentemente, de baixo potencial agrícola.

O Litoral tem-se caracterizado por uma agricultura variada e rica, de regadio ou arboricultura de pomares mistos de sequeiro, com culturas de leguminosas no sob coberto, enquanto que na Serra tem predominado uma agricultura pobre, de subsistência, baseada na silvo - pastorícia e na floresta pouco produtiva, com períodos de fugazes ilusões cerealíferas, incapaz de dar sustento condigno a uma população mesmo escassa que seja. Essa dicotomia também se tem observado nos ritmos e formas diferenciadas de evolução dos espaços rurais do Litoral e da Serra. No Litoral a agricultura deixou de ser a actividade predominante (em conjunto com as pescas), tendo sido substituída pelo turismo e pelos serviços, enquanto na Serra o que se tem verificado é o fenómeno do abandono da agricultura, associado à diminuição da população, em que restam quase só os idosos, que vivem de reformas e pensões.

Seguindo de perto M^a Carlos Radich (2003) podemos constatar que, de acordo com a bibliografia disponível, entre o final do século XVIII até inícios do século XX, o Algarve estava dividido em duas realidades bem distintas: uma faixa estreita de terra junto ao mar (Litoral e Barrocal) bem agricultada, de regadio, com hortas e pomares, olivais, vinhas e culturas arvenses, que causava admiração a quem visitava a província; uma imensa área de incultos, que corresponde à serra (incluindo a zona Oeste, o planalto do Nordeste, e Serra do Caldeirão), a excepção era a serra de Monchique, considerada um oásis entre os incultos. A área de incultos foi diminuindo lentamente durante o século XIX (309.000 ha em 1868) mas no início do século XX, em 1910, ainda se cifrava em 261.089 ha.

No século XX a Serra experimentou a febre das arroteias, desencadeadas pelas políticas de protecção e fomento do trigo. No Barrocal desenvolveu-se a arboricultura de sequeiro, em pomares mistos de alfarrobeiras, figueiras, amendoeiras e oliveiras, com culturas arvenses (cereais e leguminosas grão) no sob coberto. No Litoral desenvolveu-se a agricultura regada, o pomar de citrinos e as hortícolas.

Nas décadas que medeiam entre o meio do século e os anos oitenta, Rolo & Coelho (1988) assinalam o reforço da horticultura, dos citrinos e da uva de mesa, a arboricultura de sequeiro entra em decadência e a cerealicultura sofre notável quebra. A produção pecuária, desde os anos de 1970 até à actualidade, entrou em declínio permanente.

A floresta estabilizou em valores globais; tem-se verificado acréscimo significativo na área de eucalipto, o sobro e o azinho regrediram ligeiramente, mantendo alguma importância apenas na serra do Caldeirão.

Em relação à estrutura agrária refere M^a Carlos Radich (2003) que, de acordo com alguns autores, a propriedade algarvia apresentava mais frequentemente superfícies modestas – pequena e mediana, mais pequena no Litoral que na Serra. No entanto, a superfície média dos prédios só era excedida pela dos distritos do Alentejo, Santarém e Lisboa. A grande propriedade não estava inteiramente ausente, tendo sido identificadas algumas grandes – Quarteira, Reguengo, Matamouros, Ludo, Lameira, Tapada, Torrejão, Lontreira e outras, algumas convertidas na actualidade para fins turísticos.

Detendo-se na evolução da estrutura das explorações nas décadas que antecedem a adesão de Portugal à então denominada Comunidade Económica Europeia, Rolo & Coelho, no já referido trabalho, salientam a constância dessa estrutura no Algarve, em que predominavam as explorações familiares de pequena e muito pequena dimensão.

No período pós adesão as transformações mais notáveis que se têm operado nos espaços rurais algarvios têm sido o enfraquecimento acelerado da agricultura em todas as zonas da província, sendo o respectivo peso na economia e na capacidade de gerar emprego já muito baixos; o abandono agrícola provocou o regresso dos incultos (e dos incêndios) aos terrenos da Serra que, aliás, já antes tinham ocupado nos idos séculos XVIII e XIX; o êxodo rural e o correspondente declínio na densidade demográfica na zona serrana.

A agricultura rica de regadio, nomeadamente os citrinos e a horticultura, não se adaptou às exigências da competição numa Comunidade alargada, enfrentando no momento actual uma crise acentuada.

4. Caracterização social e económica das populações da freguesia da Tôr

A freguesia da Tôr foi identificada, aplicando os critérios sumariamente explicitados no ponto 1. do texto, como representativa do rural do Algarve assente na indústria e nos serviços. A caracterização económica e social, embora sucinta, da população residente nessa freguesia dá-nos, em princípio, uma ideia relativamente aproximada do conjunto dos espaços rurais algarvios assentes na indústria e serviços, utilizando as categorias definidas por Novais *et al.* (2000).

Os elementos estatísticos apresentados nos quadros 2 a 6, foram obtidos através de inquéritos exaustivos realizados na freguesia em 2003.

Quadro 2. Percentagem da população residente segundo os escalões etários, o nível de instrução e a condição perante a actividade económica.

Escalões etários	65 anos e mais	33
	De 15 a 65 anos	56
	Até 15 anos	10
	Não disponível	1
	Total	100
Condição perante a actividade económica	Activos	42
	Não activos	56
	N act. -reformados ou pensionistas	36
	Não disponível	2
	Total	100
Nível de instrução	Nenhum	14,1
	Analfabetos c. 10 ou mais anos	10,4
	Básico	70,3
	Secundário e médio	11,0
	Superior	4,6
	Total	100

A população residente na freguesia da Tôr é composta, como consta no quadro 2, em cerca de 1/3 por idosos, com 65 anos ou mais, 10 % é constituída por jovens até aos 15 anos enquanto 56 % da população está em idade activa (de 15 a 65 anos).

No entanto, verifica-se que só 42 % estão, de facto, activos, enquanto 56 % são constituídos por não activos, os reformados ou pensionistas são 36 % da população.

Ao nível da instrução apurou-se que existem 10,4 % de analfabetos com idade igual ou superior a 10 anos. A grande maioria da população, 70,3 %, tem o ensino básico e apenas 4,6 % possuem curso superior.

Quadro 3. Percentagem da população residente activa a exercer Profissão segundo o sector de actividade.

Sector de actividade	
Agricultura	8
Indústrias	26
Serviços	64
Não disponível	2
Actividades territoriais*	21

* Actividades territoriais: Agricultura, Indústrias extractivas e Alojamento e restauração

A população residente activa a exercer profissão (quadro 3) empregava-se fundamentalmente nos Serviços, 64 %, na indústria exerciam 26 % dos activos e só 8 % tinham profissão ligada à agricultura. Medindo a importância do

território da freguesia, para as populações, através da percentagem da população a exercer actividades territoriais (agricultura, indústrias extractivas e alojamento e restauração) estima-se apenas em 21 % essa importância, ou seja, a população activa não está muito dependente do território.

Quadro 4. Percentagem da superfície total e da superfície activa segundo o tipo de proprietário.

Tipo de proprietário	Superfície total	Superfície activa
Prop. Singulares residentes	23	27
Prop. Não residentes com interesses na freguesia	67	61
Entidades	10	12
Total	100	100

Observando o quadro 4 pode-se comprovar que a propriedade fundiária é detida na sua maior extensão, 67 %, por não residentes na freguesia, apenas 23 % é detida por pessoas singulares residentes e 10 % pertence a entidades. Pela observação do quadro 5 pode-se constatar que, de facto, apenas 29 % da população exerce a sua actividade na freguesia, maioritariamente trabalham no concelho, 61 %.

Quadro 5. Percentagem da população residente activa a exercer profissão segundo a profissão, a situação na profissão e o local de trabalho.

Local de trabalho	Freguesia	29
	Concelho	61
	Fora do concelho	8
	Não disponível	2
	Total	100
Situação na profissão	Trabalhador p. c. Própria	26
	Trab. p. c. Outrem	73
	Outros (patrão...)	1
	Total	100
Profissão (classificação simplificada)	Quadros superiores e especialistas e técnicos	21
	Pessoal administrativo e dos serviços	21
	Agricultores	6
	Operários e operadores	26
	Trabalhadores n. qualificados	26
	Total	100

É uma população que, em larga maioria, é constituída por pessoas que trabalham por conta de outrem – 73 %, enquanto 26 % trabalham por conta própria e apenas 1 % são patrões.

Em relação à profissão constata-se que 52 % da população activa são operários e trabalhadores não qualificados, 21 % são pessoal administrativo dos serviços e 21 % são quadros superiores, especialistas e técnicos.

No quadro 6 constam as entidades presentes na freguesia, que constituem, em conjunto com as unidades agrícolas (que são 141), as instituições empregadoras da população activa que exerce no local.

Quadro 6. Entidades segundo a actividade e a dimensão económica

Actividade económica	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	2	4,5
	Indústrias transformadoras	10	22,8
	Produção e distribuição de electricidade, gás e água	2	4,5
	Construção	3	6,8
	Comércio por grosso	5	11,4
	Alojamento e restauração	5	11,4
	Actividades imobiliárias	1	2,3
	Administração pública e segurança social	2	4,5
	Educação	3	6,8
	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	8	18,2
	Saúde e acção social	3	6,8
	Total	44	100
Dimensão económica	Micro I (muito pequena)	27	61,4
	Micro II (pequena)	10	22,8
	Micro III (grande)	2	4,5
	Pequena	3	6,8
	Grande	2	4,5
	Total	44	100

Essas exercem a sua actividade maioritariamente na indústria transformadora 22,8 %, em actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais 18,2 %, no comércio por grosso, alojamento e restauração 22,8 %, na educação, saúde e acção social 13,6 %.

A dimensão económica dessas entidades é predominante da classe Micro 88,7 %, as pequenas e grandes são apenas 11,3 % do total.

5. O processo de diferenciação dos espaços rurais algarvios.

5.1 Semelhanças e diferenças entre as freguesias da Tôr e de Querença

Foi neste texto referido que a linha de separação entre o rural de baixa densidade e o rural assente na indústria e nos serviços se situa no Barrocal,

pertencendo a freguesia da Tôr a um tipo e a freguesia de Querença ao outro tipo de rural.

Até 1997 ambas constituíam em conjunto a freguesia de Querença, tendo as populações da Tôr exigido e conseguido separar-se e formar freguesia distinta. Tendo uma longa história em comum, o esclarecimento dos mecanismos (mentalidades, dinamismo económico...) que levaram a criar o desejo de separação, o que significa que reconheceram que já eram duas realidades sociais distintas, pode ser um contributo importante, na nossa opinião, para o conhecimento das vias que, partindo de uma base comum, conduzem os espaços rurais em direcções bem distintas, quantas vezes opostas, do desenvolvimento económico e social das populações.

O primeiro passo a seguir é tentar descortinar as semelhanças e diferenças entre o conjunto das populações que habitam em cada uma das freguesias.

O critério de separação dos dois tipos de rural foi o da densidade demográfica, que em Querença é de 23,5 hab./km², sendo na Tôr de 55,8 hab./km².

Na Tôr são superiores as taxas da população habilitada com o ensino básico, secundário e médio, mas em Querença é ligeiramente maior a percentagem da população com ensino superior (quadro 7.).

Quadro 7. População residente segundo o nível de ensino (%)

Nível de ensino	Nenhum	Básico	Sec. e médio	Superior	Total
Querença	18,9	66,0	9,8	5,3	100
Tôr	14,1	70,2	11,1	4,6	100

Fonte: Censo 2001

A grande diferença relevante, relativamente ao grau de ensino, é que a taxa de analfabetismo em Querença é significativamente superior à verificada.

Em relação à actividade das populações (quadro 8.) o que se pode concluir é que o desemprego não é muito visível em ambas as freguesias.

Quadro 8. População residente economicamente activa, empregada, segundo o ramo de actividade

Pop. Activa	Cae 0	Cae 1-4	Cae 5-9	Empregada	Total
Querença	1,0	28,3	70,7	96,3	100
Tôr	8,7	30,3	61,1	98,1	100

Fonte: Censo 2001

Em Querença salienta-se que a população emprega-se fundamentalmente nos serviços Cae 5-9), e é muito residual a actividade na agricultura, silvicultura e pesca (Cae 0).

Já na Tôr, a população estando maioritariamente ligada aos serviços, não deixa de haver actividade com algum significado na indústria (extractivas e transformadoras, electricidade e água) e mesmo na agricultura.

A diferença mais saliente está em que a população residente economicamente activa em Querença é somente 37, 3 % enquanto que na Tôr ronda os 41 %.

Há, portanto, uma maior percentagem de população inactiva na freguesia de Querença do que na freguesia da Tôr.

Quadro 9. Superfície total e SAU nas explorações agrícolas (%)

	SAU/ST	Floresta/ST	Cult.Perm./SAU	S irrig./SAU	ST/Explor.
Querença	46,9	30,5	81,2	5,2	7,3
Tôr	54,4	4,5	93,3	8,5	8,1

Fonte: RGA 99

No quadro 9. constam alguns indicadores, dos mais relevantes, que nos permitem realçar as diferenças mais importantes em relação à actividade agrícola e florestal das duas freguesias.

Uma primeira diferença assinala-se no tocante à maior importância relativa da SAU na freguesia da Tôr e da superfície florestal em Querença.

As culturas regadas e as culturas permanentes são mais importantes relativamente na Tôr que em Querença.

Assim, podemos inferir que a agricultura na Tôr é relativamente mais intensiva que em Querença, e aqui a floresta é mais expressiva.

5.2 Hipóteses de explicação das evoluções divergentes verificadas nas freguesias da Tôr e de Querença

Na tentativa de procura de explicações para que os espaços rurais da Tôr e de Querença evoluam em sentido algo divergente, têm sido apontadas mais frequentemente duas hipóteses.

A melhoria das vias de comunicação: nesta hipótese procura-se explicar a maior dinâmica da Tôr pela melhoria da via que vai de Loulé a Salir e que passa através da freguesia. É incontestável que essa infra - estrutura beneficia imenso a população, nomeadamente os activos que em grande número trabalham fora da freguesia; no entanto fica por compreender por que motivo em Querença, que tinha, até então, melhores vias de comunicação para Loulé, não se verificou um dinamismo semelhante ao que posteriormente se veio a dar na Tôr.

Tipo de habitat: Monteiro (1993) avançou a hipótese que a existência, em Querença, de um habitat tipo disperso, com população a viver em pequenos núcleos, muito à semelhança da Serra, enquanto na Tôr o habitat era mais concentrado, mais semelhante ao do Barrocal e Litoral, espelhava duas realidades bem distintas, de que as populações locais tinham perfeita consciência.

Quadro 10. Número de lugares e de fogos em Querença e na Tôr

		1851	1877	1904	1940	1981	1991
Freg.Tôr	Lugares	8	17	13	14	8	8
	Fogos	108	154	243	365	333	305
Freg. Querença	Lugares	13	38	23	23	15	9
	Fogos	155	216	306	368	355	343

Fonte: Monteiro (1993)

Observando o quadro 10, verifica-se que em Querença, de facto, a população esteve mais dispersa que na Tôr até ao virar da década de oitenta do século 20; actualmente tal facto já não ocorre. A população que vivia isolada e os pequenos núcleos foram os primeiros a desaparecer.

Quadro 11. Número de fogos nas sedes das freguesias

Anos	1851	1877	1904	1940	1981	1991
Tôr	35	50	75	110	67	87
Querença	12	13	21	24	39	53

Fonte: Monteiro (1993)

Maior discrepância se verificava na dimensão do núcleo populacional principal das duas freguesias. No quadro 11 pode-se observar que o núcleo principal da Tôr tinha o triplo de Querença. Actualmente essa proporção é muito inferior à metade.

Demonstra-se que nos espaços que correspondem hoje à freguesia de Querença o habitat era mais disperso que nos espaços que hoje correspondem à freguesia da Tôr. O núcleo principal da Tôr é superior ao de Querença, e já antes assim era e de forma mais acentuada.

Não se recusa uma certa capacidade explicativa a tal facto, mas tal tem que ser relativizado pois, caso contrário, não se compreende que seja Querença a pertencer ao mesmo tipo de rural que vastas zonas do Alentejo, onde o habitat é muito mais concentrado que na Tôr.

Devemos, portanto, continuar a pesquisar outras linhas que permitam levar a uma melhor compreensão dos fenómenos que têm conduzido a tão profundas e extensas alterações que se têm verificado nos espaços rurais em tão curto período de tempo, neste fim de século XX e início do século XXI.

Conclusão: alguns temas para debate

Os espaços rurais do Algarve enquadram-se em dois tipos bem distintos: o rural assente na indústria e nos serviços e a que se pode aplicar a noção de rural sem território, avançada por Fernando Oliveira Baptista, e o rural de baixa densidade a que se pode associar a ideia de espaço sem gente.

Em relação ao espaço verifica-se a pouca dependência da população activa local das actividades territorializadas.

Na Tôr os agentes detentores do espaço são, em maioria, exteriores à freguesia (aos aglomerados rurais).

Em relação à população resta provar a existência ou não de distintas capacidades de iniciativa local.

Os processos diferenciados do desenvolvimento local e da utilização dos espaços rurais, que caracterizam os dois tipos identificados do rural no Algarve têm sido explicados, embora de forma muito incompleta, pela dotação desigual de infra-estruturas de comunicação e pelas características distintas do habitat rural.

São, como se afirmou, explicações insuficientes, pelo que se justifica, na continuação da pesquisa, indagar outros temas tais como: a dotação da região em recursos naturais, a acumulação de riqueza pelos agentes locais, as instituições presentes e as relações sociais (capital social), a importância para as famílias locais do estado/ da sociedade providência, a situação dos agentes perante o emprego e o mercado de trabalho.

Esperemos, após a realização das fases do trabalho ainda por realizar, poder compreender melhor os fenómenos relativos às relações diferenciadas das gentes rurais com o espaço que as rodeia e do qual tanto dependiam num passado ainda recente.

Bibliografia

Bívar, J. C., 1910. “Monographias de freguesias ruraes”, in Boletim da Direcção Geral da Agricultura, MOPCI, nono ano, nº 5, Lisboa.

Brito, J. C., 1982. Perspectiva Agrária do Algarve. Ordenamento e Melhoramento Agrícolas. Ano de 1953, IGEF, Lisboa.

Coelho, I.S., 2004. Tôr. Caracterização socioeconómica da população e do espaço. Quadros de apuramento do inquérito realizado em 2003. Projecto AGRO 62, Lisboa.

Cunha, F. R., 1957. O clima do Algarve. Relatório final de curso de Engº Agrónomo, ISA, Lisboa.

Monteiro, P., 1993. Sítios de Querença. Morfologias e processos sociais no Alto Barrocal Algarvio. ISCTE, Lisboa. Tese de doutoramento

Novais, A., F. Lourenço e F. O. Baptista, 2000. Portugal (Continente) – uma leitura do rural. Departamento de Economia e Sociologia Agrárias, ISA-UTL, Lisboa. Documento de trabalho.

Ribeiro, O., 1967. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Sá da Costa Editora, 3ª ed., Lisboa.

Rolo, J. C., 2003. Selecção das Zonas e das Unidades Territoriais (Freguesias) de incidência do trabalho, Lisboa. (documento de trabalho)

Rolo, J. C. & Coelho, I. S., 1988. A(s) Agricultura(s) Algarvia(s), CCRA, Faro Vol I e II.